

“O RETORNO DA SOCIEDADE”: UM EXAME DA SOCIOLOGIA POLÍTICA BRASILEIRA

Resenha: BOTELHO, André. *O retorno da sociedade: política e interpretações do Brasil*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2019

Mateus Venceslau Marreiro

UFRN: <https://orcid.org/0000-0001-9372-5825>

Pedro Arboés Neto

PPGCS UFRN: <https://orcid.org/0000-0003-0768-3396>

DOI: [10.21680/1982-1662.2020v3n29ID23608](https://doi.org/10.21680/1982-1662.2020v3n29ID23608)

Os cânones do pensamento social brasileiro, tais como Oliveira Vianna, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda são sempre lembrados em diversos ensaios, estudos e pesquisas. Suas interpretações sobre o Brasil se tornaram clássicas e influenciaram diversas agendas de pesquisa sobre a realidade brasileira. Porém, é ainda pouco comum se fazer uma releitura das interpretações clássicas para perceber como tais ideias se desenvolveram e tomaram formas ao longo dos anos e como elas podem guiar leituras e pesquisas sobre questões atuais. Nesse sentido, o livro *O retorno da sociedade* (2019) se apresenta como um compilado de artigos reunidos e escritos pelo próprio André Botelho, durante os últimos 15 anos, no qual é feita uma releitura das interpretações clássicas da sociologia brasileira. O objetivo dessa releitura dos “cânones” é traçar o desenvolvimento do campo da sociologia política no Brasil, assim, na sua investigação, o autor afirma realizar uma “sociologia da sociologia política do Brasil” para compreender como esse campo se desenvolveu desde os primeiros intérpretes.

Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp, professor do departamento de sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisador do CNPQ, Botelho tem desenvolvido trabalhos com ênfase no pensamento social brasileiro e em teoria sociológica, principalmente focando na relação entre Estado e sociedade. Ele publicou diversos livros, entre eles: *Cidadania, um projeto em construção: Minorias*,

justiça e direitos em 2013 e *Um enigma chamado Brasil*, em 2009.

Em seu livro mais atual, aqui resenhado, Botelho pretende reler os clássicos da sociologia política brasileira de maneira “inovadora” ao partir de Oliveira Vianna, pois o considera como o primeiro autor do pensamento social brasileiro que introduziu o debate sobre o baralhamento entre o público e privado no Brasil. Por realizar uma revisitação aos clássicos orientada pela sociologia política, Botelho enfatiza Oliveira Vianna como um autor clássico é pioneiro da abordagem, enquanto é mais comum encontrarmos ênfase em autores como Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes, dentre outros.

Através de um mapeamento e desdobramentos dos pressupostos das principais teses da sociologia política brasileira, Botelho percorre um caminho de 1920 até 2015, o que leva o leitor a perceber que o recorte temporal caracteriza o processo de construção e consolidação de uma área de pesquisas nas ciências sociais, a saber, do pensamento social brasileiro, com especial destaque na década de 1990.

O título do livro “O retorno da sociedade” é explicado pelo autor de diferentes maneiras. Uma delas advém da ideia de rediscutir a sociologia política retornando aos quadros intelectuais do pensamento social brasileiro. Contudo, um dos principais sentidos para a ideia de “retorno” se refere a tentativa de retomar a centralidade da noção de sociedade para compreender as formas de solidariedade, participação social e sua influência sobre as ações coletivas, bem como sobre as instituições democráticas. Isso seria, portanto, um “retorno” da ênfase nas dinâmicas da vida social para tratar de temas comuns à ciência política, nos termos do autor, o título expressa a intenção de “recolocar a política e o Estado *na* sociedade”. Para isso, o autor investigou como os clássicos do pensamento social contribuíram para pensar essa relação entre dinâmicas sociais e processos políticos.

A principal questão que ronda as análises do autor sobre os clássicos da disciplina do pensamento social brasileiro é a do “baralhamento entre o público e o privado”. Assim, Botelho propõe uma investigação das diferentes *sequências* que essa questão assumiu nas diferentes tradições intelectuais, referindo-se tanto a continuidades como as discontinuidades nas articulações da relação entre público e privado no pensamento social brasileiro. Nesse empreendimento, o autor também afirma propor uma espécie de “metateoria”, o que grosso modo, pode ser caracterizado como um exame teórico sobre outras produções teóricas. Torna-se evidente, de fato, um esforço em analisar as

ideias-chaves e os pressupostos articulados nos clássicos da sociologia política em nosso país. Isto é, pressupostos teóricos, metodológicos e epistemológicos que orientaram o entendimento sobre relações como público e o privado e formas de dominação pessoal. Nos diversos capítulos nos quais autores clássicos do pensamento social brasileiro são esmiuçados, Botelho se atentou aos modos como cada um articulam as questões da agência dos atores e da dinâmica entre instituições e vida social (ou, em outra variação, entre dimensões “macro” e “micro”), o que os caracterizam como fazendo uma abordagem da sociologia política. Portanto, para além da historicidade das ideias, percebemos um empenho hermenêutico através de abordagem diacrônica entre textos e contextos.

O livro é dividido em três eixos temáticos. No primeiro, é bem explorado o que ele denomina “baralhamento entre o público e o privado”, temática advinda de Oliveira Vianna. No segundo, ele aborda o campo da sociologia política no Brasil, discutindo suas definições, seu desenvolvimento no Brasil e seus pressupostos teóricos. No terceiro, ele se dedica à defesa da importância de “interpretar as interpretações do Brasil”.

Botelho ambiciona, assim, fazer uma revisão sistemática das interpretações sobre o Brasil, que tem início, segundo ele, a partir de Oliveira Vianna no ensaio *Populações meridionais do Brasil* (1920), o qual teria sido responsável por influenciar agendas de pesquisas como as de Victor Nunes Leal, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Maria Sylvania de Carvalho Franco, autores que buscaram compreender a dinâmica da política brasileira a partir de categorias como coronelismo, mandonismo e dominação pessoal, respectivamente. Botelho enfatiza em vários momentos que, Vianna enquanto cânone da sociologia política brasileira acabou por influenciar o modo como as instituições são interpretadas a partir da relação entre o público e privado. A primeira parte do livro é dedicada a explorar de quais modos a questão da relação entre público e privado aparecem nas agendas de pesquisas de diferentes autores “cânonos” que, segundo Botelho, seguiram em alguma medida a esteira de Oliveira Vianna com a tese do entrelaçamento entre o público e o privado.

Convém ressaltar que o autor não se interessa em descrever apenas as ideias dos clássicos da sociologia brasileira, mas sim revisar de maneira sistemática como suas agendas de pesquisa foram construídas. O exemplo mais evidente é a ênfase que ele dá aos estudos de Maria Isaura Pereira de Queiroz. Privilegiando-a no capítulo 3, “A sociedade em movimento”, Botelho comenta os principais trabalhos desenvolvidos por

ela, tais como *Contribuição para o estudo da sociologia política no Brasil* (1954), *O mandonismo local na vida política brasileira* (1970), *O coronelismo numa interpretação brasileira* (1975) e *O messianismo no Brasil e no mundo* (1976). Botelho buscou refletir sobre os problemas teóricos da estrutura e ação e da ordem e mudança social. Nessa direção, o autor argumenta que Queiroz foi a responsável por sistematizar e construir uma agenda de pesquisa que tinha como ponto de partida a problemática da mudança social frente a uma estrutura de ação social coronelista. Crítica dos caminhos que a modernização brasileira ia tomando, Queiroz teria estudado a organização social e cultural do interior do Brasil, sempre procurando reconstruir as trajetórias pessoais para especificar as condições sociais que orientavam as condutas. Dessa forma, entende Botelho, a autora contribuiu analiticamente ao propor um estudo das estruturas sociais sem desvincular dos processos históricos e das interações em escalas microsociais.

Na segunda parte do livro, dividida em três capítulos, Botelho teve como principal objetivo apresentar quais seriam as principais características e preocupações da sociologia política. Segundo Botelho, as dificuldades em definir as delimitações desse campo se devem à proximidade temática com a ciência política e à generalização do conceito de poder como constituinte de qualquer relação e fenômeno social. Diante disso, o quinto capítulo foi em parte dedicado a delimitação da sociologia política, que para Botelho tem como principal norte a *relação entre Estado e a sociedade*, entendida também como a relação entre instituições políticas e vida social. Embora exista continuidades entre a ciência política e a sociologia política, a primeira, para o autor, possui abrangência temática mais limitada ao Estado e a instituições políticas específicas; já a sociologia política se interessa por outros temas mais diversos e não necessariamente “institucional”, como movimentos sociais, raça, gênero e classes sociais. Botelho destaca que as diferenças entre essas duas áreas próximas também são “metodológicas”, no sentido de que elas partem de pressupostos teóricos e metodológicos distintos. A ciência política parte de uma perspectiva mais institucionalista e costuma se utilizar de abordagens que priorizam a ideia de “escolha racional” e os “interesses” dos atores políticos.

No mesmo capítulo, o autor também apresenta alguns autores internacionais importantes que contribuíram para o que seria a perspectiva analítica da sociologia política, com certo destaque para Reinhard Bendix e Charles Tilly. André Botelho recorreu a estes autores tanto para demonstrar o “estado da arte” da sociologia política

contemporânea como para demonstrar como suas obras, de maneiras diferentes, teve como preocupação as relações entre estado e sociedade. Bendix é considerado importante por ter pensado de forma “não evolucionista” a relação entre desenvolvimento do Estado-nação e as formas de cidadania. Botelho quer mostrar, portanto, que as relações de modernização e democratização não são universais, ressaltando a importância das orientações histórico-sociais particulares e diversificadas; Charles Tilly, por sua vez, é lembrado por ele devido sua articulação entre estado nacional e ação coletiva. Nessa perspectiva, a construção do Estado é pensada em sua relação com as inúmeras formas de associações, mobilizações e negociações com as pessoas comuns (ou, em outros termos, o Estado em sua relação com a sociedade mobilizada). Além de ser um autor cuja obra exemplifica a orientação pela “relação entre Estado e sociedade”, Tilly é destacado por Botelho devido a forma como articulou a relação entre estrutura e ação, dando destaque a capacidade dos indivíduos em suas mobilizações ao mesmo tempo em que considera os constrangimentos estruturais que limitam as possibilidades de ação.

Os outros dois capítulos da segunda parte são dedicados a discutir os autores brasileiros que, para Botelho, consolidaram uma abordagem historicamente orientada na sociologia política brasileira. No sexto capítulo, ele apresenta as pesquisas principais de Florestan Fernandes, e em especial as de Maria Sylvia de Carvalho Franco¹. Trata-se das obras *Homens livres na ordem escravocrata* (1997) e *A integração do negro na sociedade de classes* (1965) de Franco e Florestan Fernandes respectivamente. Ambos os estudos, segundo Botelho, tinham como preocupação em comum um contexto mais amplo e de longa duração: a transição do rural ao urbano (ou do tradicional ao moderno) no Brasil. A obra de Franco investigou as formas de dominação social, isto é, formas de relações pessoais reciprocamente assimétricas, e elas são assimiladas no âmbito das instituições políticas e democráticas. Florestan Fernandes, por sua vez, teve como objeto os dilemas da participação da população negra na ordem social e política, investigando as condições estruturais que geravam entraves para os setores subalternos tanto para se organizar politicamente como para participar na “ordem competitiva” do trabalho. André Botelho apresenta com detalhes os argumentos dos autores, mas o que mais é destacado é a contribuição analítica de ambos os estudos em conceber os dilemas

¹ Maria Sylvia de Carvalho Franco socióloga brasileira, foi professora livre docente em 1970 e professora titular em 1989 da USP ao se aposentar, ela se transferiu para Unicamp, onde foi professora titular até 1999. No livro, Botelho destaca o fato da autora ter sido orientada por Florestan Fernandes no seu doutoramento.

da relação entre sociedade e instituições políticas sem perder de vista a atuação dos atores sociais ou, nos termos do autor, dos “homens comuns”.

A segunda parte do livro é finalizada com um capítulo sobre a importância de Oliveira Vianna para a sociologia política brasileira. Enquanto faz uma breve reconstrução da trajetória do autor e do contexto da sua produção, Botelho também apresenta os argumentos centrais de Oliveira Vianna sobre uma “desarticulação” ou “tensão” entre a ordem liberal democrática e um “caráter singular” da realidade brasileira. Em suma, Botelho defende que o caráter normativo da obra de Vianna seja minimizado para que se reconheça o mérito do seu raciocínio analítico: pensar a política a partir das tensões entre as instituições políticas e os valores que orientam a vida social. Portanto, compreende-se que o ponto central “recuperado” na obra de Vianna foi essa interrelação entre instituições, práticas e valores.

Na terceira parte, também dividida em três capítulos, o autor trata dos ensaios sobre as interpretações do Brasil, bem como sobre uma sociologia dos nossos intelectuais e a defesa de um programa forte para o pensamento social brasileiro. Segundo o autor, a fase ensaística entre 1920 e 1940 não havia uma organização com interesses em comum, o que afastava tal ensaísmo das ciências sociais, embora o pressuposto que atravessa tais ensaios é a identidade nacional. Botelho destacou três fases da tradição intelectual: pensamento conservador entre 1920 e 1930; Nacional-desenvolvimentismo entre 1950 e 1960 e a formação do campo científico entre 1970 e 1980. Em outras palavras, o autor explora a história da disciplina, mas também se encontra na terceira parte do livro a defesa de uma sociologia política dos intelectuais. Agora, Botelho passa a destacar uma outra estratégia metodológica de leitura e interpretação dos clássicos da sociologia política brasileira.

Nesse momento do livro, é bem salientada a contribuição de Sérgio Miceli, sociólogo brasileiro e professor da Universidade de São Paulo, em especial o seu estudo *Intelectuais e classes divergentes no Brasil* de 1979. Ao destacar a sociologia dos intelectuais feita por Miceli, Botelho chama atenção para a riqueza analítica da obra em seus aspectos microssociológicos - embora a obra foque em aspectos macrossociológicos - pois Miceli explora as relações da vida privada dos intelectuais a fim de reconstruir o perfil da elite intelectual. Ou seja, é levado em consideração a relação entre “posição social” e “estruturas de poder” de modo a não colocar os intelectuais acima dos conflitos na sociedade, mas como inseridos neles.

Por fim, no capítulo 10, *“Um programa forte para o pensamento social”*, o autor usa dados quantitativos e qualitativos para discorrer sobre o desenvolvimento de “um programa forte para o pensamento social” no Brasil. A consolidação de uma área de pesquisa nas ciências sociais a partir da década de 90 é o que embasa o argumento do autor, que perpassa todo o livro, mas também a diversificação de temas e de problemáticas e a variedade de metodologias desenvolvidas ao longo dos anos. A isso se deve o grande aumento na produção de teses, artigos, dissertações, livros, capítulo de livros publicados tendo como recorte o pensamento social brasileiro - aumento apresentado a partir de uma revisão sistemática da produção brasileira. O autor também discute a existência uma dicotomia entre abordagens “contextualistas” e “textualistas” entre estudiosos do pensamento social e da história da sociologia brasileira - isto é, uma polaridade entre o foco nas contribuições dos textos clássicos para o presente e o foco na reconstituição do contexto social e histórico da produção da obra.

Botelho, influenciado pelo sociólogo estadunidense Jeffrey Alexander, compreende que essa polaridade é produtiva para esse campo disciplinar e, assim, o autor preconiza que o “programa forte”² para o pensamento social busque a integração entre textos e contextos.

A partir disso, vale destacar como Botelho é influenciado por argumentos presentes nas obras de Alexander. Além de encontrarmos uma defesa da potencialidade analítica nos estudos dos clássicos (ALEXANDER, 1999), também há uma constante influência da discussão sobre o “novo movimento teórico” (IDEM, 1987). Neste, há uma discussão sobre a tendência da sociologia contemporânea em buscar integração conceitual ou síntese teórica e superar as dicotomias entre categorias ou níveis de análises como “estrutura e ação”, “indivíduo e sociedade”, “norma e conflito”, dentre outras. Em concordância com o autor estadunidense, Botelho endossa a ideia de que tais dissensos podem ser produtivos para a teoria social e pretende defender abordagens integrativas (por exemplo, “textos e contextos”). Além disso, é notória sua constante preocupação em defender a atualidade dos autores clássicos analisados no livro de acordo com as suas formas de articular oposições como “estrutura e ação” ou “macro e micro”.

A discussão sobre os pressupostos teóricos dos intérpretes do Brasil aproxima Botelho de outros autores contemporâneos como Jessé Souza (2000) e Fernando Perlatto

² A expressão parafraseia a ideia de "The Strong Program in Cultural Sociology" desenvolvida por Jeffrey Alexander.

(2018). São autores que também se dedicaram na revisitação de tais clássicos para desenvolver suas abordagens interpretativas do Brasil atual. Desse modo, percebemos que, tais autores tem em comum em seus estudos um mapeamento descritivo das abordagens internas de uma determinada teoria sociológica, o que podemos denominar como uma “análise metateórica” ou reflexão sobre os “pressupostos transcendentais”³. No caso de André Botelho, é perceptível um peso maior na análise de como os autores clássicos articulavam a oposição entre “estrutura e ação”.

Além da relação próxima com a sociologia política, os três autores possuem em comum a tentativa de repensar as interpretações do Brasil. No entanto, uma diferença importante entre autores como Jessé Souza e Fernando Perlatto e o livro de André Botelho é que nos primeiros há a busca por uma nova alternativa nas abordagens teóricas e na construção de uma sociologia política. Desse modo, seus diálogos com os clássicos são, ao mesmo tempo, uma revisitação e uma contraposição. Souza, em *A modernização seletiva* (2000), realiza uma reconstrução sistemática das ideias centrais de autores como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Raimundo Faoro e Florestan Fernandes e fornece, logo em seguida, uma teoria alternativa crítica a partir de um novo quadro teórico em interlocução com diversos autores da teoria social contemporânea. Perlatto, seguindo passos parecidos, em seu livro *Esferas públicas no Brasil: Teoria social, públicos subalternos e democracia* (2018), apoia-se em autores pós-coloniais e em intelectuais brasileiros a fim de oferecer uma melhor compreensão da esfera pública brasileira.

Na revisitação de André Botelho aos clássicos, por sua vez, ele se preocupou mais em iluminar uma agenda de pesquisa e o próprio campo da sociologia política brasileira e menos em desenvolver uma nova interpretação ou abordagem teórica. Não obstante, a relação do autor com os “cânones” nos parece bem alinhada à tese de Jeffrey Alexander (1999) sobre a importância do retorno aos clássicos para a teoria social. Para este autor estado-unidense, o estudo do clássico possui um “potencial criativo” e “gerativo” para a produção contemporânea. Seguindo essa linha, Botelho não utiliza dos clássicos somente para “mapear” as abordagens da sociologia política brasileira, ele também argumentou pela importância do retorno a tais autores para a produção de

³ Trata-se dos pressupostos que formam o pano de fundo de uma teoria. Segundo Vandenberghe (2003), podem ser identificados cinco pressupostos: ontológico; epistemológico; metodológico; normativo e antropológico. O mesmo autor também os denomina de “pressupostos transcendentais” por não envolver necessariamente questões empíricas para sua fundamentação.

novos conhecimentos. Essa reconstituição das “sequências” do pensamento social brasileiro está inserida no que ele considera como uma “sociologia política historicamente orientada”.

No último capítulo, Botelho buscou demonstrar que, nas últimas décadas, sobretudo a partir dos anos 2000, houve um aumento gradativo nas pesquisas sobre o pensamento social brasileiro. Ele também buscou mostrar que a sociologia brasileira, em especial a sociologia política, encontra-se em uma “nova fase” de rigor analítico e de reflexividade sobre seus pressupostos. A partir disso, destacamos a relevância da leitura do livro sobretudo para aqueles interessados de alguma maneira nesses campos disciplinares. *O retorno da sociedade* se apresenta como uma contribuição valiosa para quem deseja entender os desenvolvimentos e caminhos percorridos para a consolidação de agendas de pesquisa da sociologia política brasileira. Ademais, contribui também para defesa de uma sociologia política historicamente orientada, postura defendida e posta em prática ao longo do livro. O argumento de Botelho é de que uma análise teórica deve levar em consideração o contexto e as sequências históricas, pois só assim é possível formular uma crítica consistente do presente.

Referências

- ALEXANDER, J. *O Novo Movimento Teórico*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.02, n.04, p.05-28, jun. 1987. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_04/rbcs04_01.htm
- _____. “A importância dos clássicos”. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). *Teoria social hoje*. São Paulo: Editora UNESP, 1999. p. 23-89
- PERLATTO, Fernando. *Esferas públicas no Brasil: Teoria social, públicos subalternos e democracia*. Curitiba, PR: Appris, 2018.
- SOUZA, Jessé. *A modernização seletiva*. Brasília: Unb, 2000.
- VANDENBERGUE, Frédéric. *Metateoria, teoria social e teoria sociológica*. IESP UERJ, Cadernos do Sociofilo (Terceiro caderno), 2013.

Recebido: 15 Dez 2020
Aceito: 17 Dez 2020